



FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA

ISABELLA LASMAR E SILVA

**PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA
INSTÂNCIA**

CARATINGA – MG
CURSO DE DIREITO
2018

ISABELLA LASMAR E SILVA

**PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA
INSTÂNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade Doctum de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de Concentração: Direito Constitucional

Orientador: Prof. Msc. Rodolfo de Assis Ferreira

CARATINGA – MG
CURSO DE DIREITO

2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	10
CAPÍTULO I- ABORDAGEM HISTÓRICA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	
1.1.Breve análise histórica do princípio da presunção de inocência no estrangeiro.....	12
1.2.No Brasil.....	15
1.2.1.A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o princípio da presunção de inocência.....	16
1.2.2.A jurisprudência e o princípio da presunção de inocência.....	18
CAPÍTULO II- PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA X EFICIÊNCIA DA JURISDIÇÃO	
2.1. O caráter relativo dos direitos fundamentais em nosso ordenamento jurídico.....	22
2.2. Princípio da proporcionalidade.....	25
2.2.1. Proibição do excesso.....	26
2.2.2. Vedação à proteção deficiente.....	27
CAPÍTULO III- O TEMA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
3.1. Habeas corpus 126.292.....	31
3.2. Habeas corpus 152.752.....	35
3.3. Análise do atual posicionamento da Corte Suprema.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível." (Charles Chaplin)

*A Deus que guiou meus passos e me fortaleceu
nessa trajetória.*

*À minha mãe, maior incentivadora dos meus
sonhos e base desta conquista.*

AGRADECIMENTOS

Um simples agradecer não constitui tarefa fácil, nem justa. E para não correr o risco da injustiça, agradeço a todos que de maneira positiva passaram pela minha vida e fazem parte de quem sou hoje.

Primeiramente agradeço a Deus, pois sua constante presença em minha vida me capacitou para enfrentar diversos obstáculos e tornar possível a realização desse sonho.

Sou imensamente grata àquela que, com seu amor incondicional, me proporcionou uma boa educação e me ensinou princípios valiosos. Além de mãe, é minha amiga e companheira. Mulher valente e guerreira! É meu grande exemplo e meu maior orgulho.

À minha avó Maria, por me instruir nos caminhos da fé, sempre intercedendo a Deus em meu favor. Seus cuidados e carinhos foram imprescindíveis para o meu crescimento. Obrigada!

Aos tios Laudácio, Laurísia, Meire e Lausiene que estiveram ao meu lado a todo momento. O carinho e a proteção de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui!

Aos primos que desfrutaram comigo dos momentos de alegria, mas também me fortaleceram nas dificuldades. Obrigada!

Por fim, agradeço a todos os professores da instituição por contribuírem intelectualmente para minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a constitucionalidade da execução provisória da pena após sentença penal condenatória proferida por órgão judicial colegiado de segundo grau. Por meio dessa monografia procura-se estudar o princípio da presunção de inocência e seus desdobramentos ao longo da história no estrangeiro e no Brasil. Ainda, será demonstrado o caráter relativo dos direitos fundamentais em nosso ordenamento jurídico e a ponderação entre o princípio da não culpabilidade e o da efetividade mínima do sistema judicial-penal, feita com o auxílio do princípio da proporcionalidade, o qual possui a vertente da proibição do excesso e a da vedação à proteção deficiente. Ademais, serão discutidos os principais argumentos utilizados nos julgamentos dos *habeas corpus* 126292 e 152752, destacando a harmonização dos valores da eficiência da jurisdição e da presunção de inocência. Por fim, a pesquisa conclui que a ponderação entre os princípios foi realizada mediante a mitigação da presunção de inocência em benefício da eficiência do processo. Assim, a eficiência constituída na ideia de celeridade processual foi a solução dada pela Suprema Corte para dar uma resposta à sociedade acerca da morosidade do processo; e reduzir os efeitos negativos produzidos pela impunidade.

Palavras-chave: Presunção de inocência. Eficiência da jurisdição. Princípio da proporcionalidade. Execução provisória da sentença penal condenatória. Supremo Tribunal Federal.